

Lição 4: A Igreja de Deus

Texto básico: Mt 16.18

O texto de Mateus 16.18 é a primeira vez em toda a Bíblia que aparece a palavra “igreja” (ἐκκλησία – *ekklesia*). Literalmente, a expressão significa “chamado para fora de”. A melhor tradução seria “assembléia”. Nessa primeira ocorrência, o Senhor Jesus denomina a igreja como sendo, “a Minha assembléia”. Com esse primeiro texto, podemos saber algo acerca do que é a Igreja, acerca de sua natureza. Ela é propriedade de Cristo Jesus, ela não pertence a mais ninguém; então, não pode haver “minha igreja”. A Igreja não é de Paulo, nem de Pedro, nem de João, nem de Tiago, ou de qualquer outro homem. Ela é sempre a “Igreja do Senhor e Deus”, como disse Paulo em At 20.28. Sendo assim, Ele a edifica e têm direitos exclusivos sobre ela.

Ainda que não encontremos um texto que fale claramente acerca da Igreja no AT, ela sempre esteve nos planos de Deus. No AT nós encontramos a nação escolhida por Deus, Israel, e ninguém mais. Em At 7.38, a nação de Israel é chamada de a “igreja no deserto”, desse modo vemos que Deus lidou com essa nação de modo “parecido” com o modo de lidar com a igreja. Mas, nunca podemos confundir as duas coisas: Israel e a Igreja. Como bem observou o irmão T. B. Baines, a Igreja era “algo celestial, objeto dos desígnios celestiais de Deus. As profecias do AT, por sua vez, tinham como finalidade manifestar os desígnios divinos com respeito a esta terra. É importante atentarmos para esta consideração, pois indica que a Igreja está situada fora do mundo. Ela tem outra origem, foi manifestada em outro tempo., acalenta outra esperança. Pertence, enfim, a outra esfera. A Igreja não é herdeira de promessas do AT, e não tem cumprimento de profecias do AT associadas a ela. Israel e a Igreja são tão diferentes entre si, que nem poderiam existir um ao lado do outro. Enquanto os desígnios divinos com vistas à terra iam sendo manifestos, o mistério da Igreja permaneceu oculto. Quando,, enfim, foi revelado o mistério da Igreja, os propósitos de Deus com relação à terra também foram suspensos e adiados. A Igreja está associada com Cristo no céu; Israel está associado com Ele sobre a terra. A Igreja O conhece em Seus sofrimentos e perseverança; Israel O há de conhecer na Sua exaltação e poder. A Igreja regozija-se nEle como a noiva em seu noivo; Israel terá sua alegria nEle como uma nação que venera o seu governante soberano. A Igreja espera que Ele venha e a leve consigo ao céu; a esperança de Israel é que Ele estabeleça o Seu reino aqui na terra”.

A Igreja é o mistério de Cristo, oculto “aos filhos dos homens” no passado, mas que agora, foi “revelado pelo Espírito aos seus santos apóstolos e profetas” (Ef 3.4-5). Portanto, o conceito da Igreja é divino. A Igreja nasceu no dia de Pentecostes em Jerusalém, entretanto, ela foi concebida no coração de Deus antes mesmo da fundação do mundo. Antes da criação do mundo, o propósito eterno de Deus foi fazer de Seu Filho, o herdeiro de todas as coisas (Hb 1.2). Com esse propósito Ele criou todas as coisas *em* Seu Filho, *por* Seu Filho e *para* o Seu Filho (Cl 1.15-18). Pois bem, o plano de Deus e Sua decisão é dar ao Seu amado Filho uma companheira por toda a vida, à Sua semelhança, para ser Seu corpo, a fim de conter toda Sua riqueza e manifestar Sua glória, reinando com Ele por toda a eternidade. Por isso, Ele deseja ter um povo que seja um com Seu amado Filho, possuindo Sua vida,

estando unido a Ele, compartilhando de Seus sofrimentos , compartilhando de Sua glória, seguindo-O durante esta era de batalhas e auxiliando-O a trazer todas as coisas de volta a Deus. Esse é o conceito glorioso da Igreja, que vemos ilustrado através da criação do homem e da mulher no livro de Gênesis.

A NATUREZA DA IGREJA

A natureza da Igreja é celestial. O Novo Testamento utiliza algumas figuras para falar acerca da natureza da Igreja:

1. **A lavoura de Deus** – 1 Co 3.9: Essa figura utilizada para a Igreja, indica que ela é um organismo vivo e não uma organização. Essa é a essência da natureza da Igreja: um organismo vivo (ainda que muitos líderes tenham se apoderado da “lavoura de Deus” e a transformado num lucrativo “agronegócio”). Numa lavoura, você vê a vida num ciclo: semear, regar (cuidar) e colher. Isso indica, que o Senhor, o “Lavrador”, trabalha no seu campo com dedicação e pacientemente aguarda a colheita. Nós somos o trigo de Deus, a boa semente que Ele lançou sobre toda a terra (cf. Mt 13.24ss e Mc 4.26). O trigo tem um processo de crescimento, *“primeiro a erva, depois a espiga, por último o grão cheio na espiga”*, e logo depois, *“quando já o fruto se mostra, mete-se-lhe logo a foice, porque está chegada a ceifa”* (Mc 4.28-29 – ver Ap 14.14-16). Desse modo, a vida da igreja não é estática; é sempre vida em abundância. Então a vida que recebemos deve crescer como o trigo no campo.
2. **O edifício de Deus** – 1 Co 3.9: Aqui nesse texto a Igreja é denominada de edifício, o que é muito diferente de uma lavoura. Um edifício sempre começa com um projeto definido. Isso significa que os edificadores precisam seguir exatamente o projeto em todos os detalhes. Eles não podem inventar nem criar nada. As regras são fixas e imutáveis. Tudo deve ser feito de acordo com o projeto. Nesse caso, o autor do projeto é o próprio Deus. A palavra edifício fala-nos sempre de qualquer coisa estável. Assim, a solidez da Igreja é tal, que “as portas do inferno não prevalecerão contra ela”. Uma vez que é Ele quem a edifica, nada há que temer. A Igreja é o Seu edifício. Se Ele, sob a Antiga Aliança foi tão detalhista com o Tabernáculo de Moisés, quanto mais com a casa que será Sua morada pelos séculos dos séculos. A Igreja é a casa que o homem prudente edificou sobre a Rocha, que é Cristo Jesus (1 Co 3.11); ela é *o edifício, bem ajustado* e que *cresce para templo santo no Senhor* (Ef 2.21). E os santos são as *pedras vivas*, que são *edificados como casa espiritual e sacerdócio santo* (1 Pe 2.5). E nesse edifício, todos nós estamos *juntamente sendo edificados para morada de Deus em Espírito* (Ef 2.22). No Apocalipse vemos o “edifício” pronto, com medidas precisas, a Igreja como sendo *a santa Jerusalém que de Deus descia do céu* (Ap 21.10).
3. **O templo de Deus** – 1 Co 3.16: Que tipo de edifício é a Igreja? Ela é um templo. O templo de Salomão no AT, era o endereço de Deus na terra. Muito embora Sua presença enchesse o universo todo, ali era o lugar de Sua morada entre os homens. O NT descreve a Igreja nesses moldes. Ela é o templo de Deus na terra (nunca o prédio onde nos reunimos!!!). Ainda que esse templo não esteja pronto, ao contrário do templo de Salomão, a presença de Deus já está em Seu templo. Por isso, Paulo ainda escrevendo aos irmãos da igreja em Corinto, diz acerca deles “vós sois o templo de

Deus”. E em 2 Co 6.16, “vós sois o templo do Deus vivente”. Ao falar de templo, nós lembramos de que assim como no templo de Salomão, tudo aqui deve ser e estar em conformidade com o caráter divino: o nome de Deus é conhecido, honrado, louvado, e Deus vela para que a maneira de viver dos que dela fazem parte, seja em conformidade com a santidade do Seu nome. Esse templo santo no Senhor é o lugar do serviço a Deus realizado por um sacerdócio santo. Portanto, a natureza da Igreja que essa figura nos revela é a santidade.

4. **O corpo de Cristo** – 1 Co 12.27: Esta expressão, usada também com muita propriedade, por toda a carta aos Efésios, é a figura mais forte para falar da Igreja. Ela foi usada exclusivamente por Paulo, à quem foi revelado esse mistério, como ele escreve em Ef 3.3-6. À ele coube proclamar esta verdade. A força dessa expressão é incomparável: o Corpo de Cristo. Esta expressão mostra a íntima e estreita relação de Cristo com a Igreja; ela é o Seu corpo na terra, carne da sua carne e osso dos seus ossos (Ef 5.30). Por ser o Seu corpo, ela possui uma *unidade vital*, feita pelo Espírito (Ef 4.3), que liga Cabeça e Corpo (Ef 4.4). Isto é a vida em si: os que fazem parte do Corpo têm a vida de Deus; a vida de Jesus nos Seus; e têm por esperança o momento em que tudo o que neles é mortal será absorvido pela vida imortal. Paulo descobriu essa unidade entre Cristo e Seu Corpo na terra, logo que O conheceu a caminho de Damasco: “Eu sou Jesus, a quem tu persegues”, perseguindo os Meus. Não se trata de “membros da Igreja”, nem mesmo dos membros de determinada igreja, mas do Corpo de Cristo. “Grande é este mistério...” (Ef 5.32).
5. **A família de Deus** – Ef 2.19: Essa figura retrata a natureza da Igreja em sua relação com Deus Pai. Ela é a família de Deus. O eterno Filho de Deus veio à esta terra para colocar os escolhidos numa relação filial com o Seu Pai. Através da cruz, Ele reconciliou-nos com Deus (Ef 2.16), e agora todos temos acesso ao Pai (Ef 2.18). A relação que Ele veio estabelecer não é de Senhor/escravos, ou de Rei/súditos (ainda que Ele seja Senhor e Rei); mas a de Pai/filhos. É por isso que nos quatro evangelhos vemos tantas vezes o Senhor Jesus falando do Seu Pai (*meu Pai* - 52x) e nosso Pai (*vosso Pai* – 19x). A oração-modelo que Ele ensina aos discípulos começa com “Pai nosso”. Portanto, Deus olha para nós como a Sua família e não apenas Seu Reino. Ele é sim nosso Rei e Senhor, mas sacrificou Seu Unigênito Filho, para nos adotar, de modo que, o “Unigênito” (Jo 3.16) tornou-se o “Primogênito entre muitos irmãos” (Rm 8.29). E Ele fez isso não para ser Senhor e Rei, mas para ser PAI. Por isso a Igreja, além de ser a “Igreja de Deus”, é a “família de Deus”. A primeira coisa que você procura numa família, são as semelhanças. Às vezes, ao olharmos para uma pessoa, imediatamente pensamos: “Você deve pertencer àquela família”. Se pertencemos à família de Deus, devemos ser semelhantes ao nosso Pai celestial. Para que sejamos parecidos com nosso Pai celestial, devemos ser conformados à imagem do Filho mais velho; é por isso que Deus fez com que Seu Filho Unigênito se tornasse o primogênito entre muitos irmãos. Ele nos deu Sua vida e com esta vida nós cresceremos e nos tornaremos cada vez mais semelhantes a Ele. Na família de Deus, todos somos irmãos e irmãs. Nenhum de nós é melhor do que o outro. É por isso que o Senhor Jesus nos instruiu tão claramente em Mt 23.8-11. Podemos ser mestres e pais uns para com os outros, mas jamais podemos pretender nem ostentar

tais títulos na igreja de Deus: “rabi, pai (padre) e mestre (pastor)”. Um só é o nosso Rabi, Um só é o nosso Pai e Um só é o nosso Mestre. Todos somos irmãos e irmãs.

6. **A casa de Deus** – 1 Tm 3.15: A casa é diferente de um templo. O templo é onde acontece a adoração, o serviço a Deus. Mas a casa é o lugar onde moramos. Ora, a Igreja é a casa de Deus no sentido que ela é o lugar da morada, da habitação de Deus na terra. Qual é o endereço de Deus na terra? Ele mora em Sua Igreja. Nós somos a Sua casa, o lugar do Seu descanso, o lugar onde Ele fica bem à vontade. As coisas nessa casa devem ser feitas exatamente segundo a vontade do proprietário. O que importa então, não é o que você gosta, mas o que Ele gosta. Não é você que deve sentir-se confortável, mas é Deus quem precisa se sentir “em casa”. A questão principal não é: “você está satisfeito?”, mas sim: “Deus está satisfeito?”. A Igreja é a habitação, a casa de Deus. Quando visitamos uma casa, imediatamente passamos a conhecer os hábitos, o temperamento, as preferências e as coisas que desagradam o proprietário daquela casa. Ao olhar para a decoração da casa, a disposição dos móveis, a limpeza e os enfeites você pode ver o dono da casa, porque na casa vai se manifestar aquilo que o dono é.
7. **A esposa (a mulher) do Cordeiro** – Ap 21.9: Essa figura descreve a mais íntima relação de Cristo com Sua Igreja. Ela é a Sua esposa. Essa verdade eterna foi exemplificada na criação de Adão e Eva. Adão representa a Cristo e Eva representa a Igreja. Assim como Eva foi tirada de Adão (uma de suas costelas e por isso era “ajudadora idônea”), a Igreja foi tirada de Cristo (o Seu lado ferido na cruz). Assim como Eva, a Igreja é “*carne de Sua carne e osso de Seus ossos*”. Ela é portanto, objeto da Sua terna afeição. Marido e mulher são uma pálida representação temporária daquela verdade eterna. Quando pensamos num relacionamento conjugal vem nos à mente que deve haver compatibilidade. Deve haver uma correspondência, uma semelhança, uma complementação. A noiva deve ser como o Seu noivo. Você não pode colocar juntas duas pessoas que sejam diferentes e desejar que eles sejam um. Deus disse que criaria para Adão uma ajudadora, uma que fosse sua igual. E isto é a Igreja: Sua semelhante, Sua igual, da mesma espécie. Não apenas aquela que tem Sua vida, mas a que está sendo purificada e santificada até tornar-se Igreja gloriosa, sem mancha ou ruga, assim como Ele é. Atualmente, o Noivo aguarda o momento de vir buscar a Sua amada, a qual em correspondência a Ele diz: “Vem”.

OS PRINCÍPIOS DA IGREJA DE DEUS

1. Nada além das Escrituras

A vida da Igreja é inteiramente dirigida pelo padrão estabelecido pelas Escrituras. Nada além da Escritura, é o que ensinavam os reformadores no século 16. A Escritura não fornece apenas os princípios quanto ao modo de ser igreja, oferece também o exemplo. Deus revelou Sua vontade não apenas dando ordens, mas realizando certas coisas em Sua Igreja, de maneira que nos tempos vindouros outros pudessem simplesmente olhar para o padrão e conhecer Sua vontade. Devemos saber que Deus operou na vida daqueles irmãos

no livro de Atos, por exemplo, produzindo neles o que Ele mesmo desejava, e Ele nos pede que olhemos para aquelas vidas e assim possamos saber o que Ele busca. Embora sejamos influenciados pelos quase dois mil anos de caminhada da Igreja no mundo, não estamos apoiados sobre nenhuma tradição eclesiástica como está, por exemplo, o catolicismo romano (futuramente isso será exposto com mais detalhadamente).

2. Deve ser composta por crentes

A Igreja de Cristo é composta **exclusivamente** daqueles que, unicamente pela fé em Cristo, nasceram do alto, sendo regenerados por obra do Espírito Santo. Todos os que compõem a Igreja são os eleitos de Deus desde a eternidade, seus santos e amados, que lavaram suas roupas no sangue do Cordeiro, que são nascidos de Deus e guiados pelo Espírito de Cristo, que estão em Cristo e Cristo neles, que ouvem e crêem na sua Palavra; vivem de acordo com Seus mandamentos, e com perseverança e mansidão seguem as Suas pisadas. Eles odeiam o mal e amam o bem, procurando apossar-se de Cristo como Cristo apossou-se deles. Portanto, o único meio de entrar na Igreja é através do novo nascimento.

3. A centralidade de Cristo Jesus

Porque Cristo Jesus é a Cabeça do Corpo, que é a Igreja, ela não pode ter outro centro. O centro da Igreja em sua expressão local e universal, não pode ser nenhuma doutrina particular, nenhum credo, nenhuma experiência, nenhuma visão, nenhuma ênfase especial, nenhuma organização e nem tampouco um líder. Quando os irmãos em Corinto, começaram a girar ao redor do ministério de alguns instrumentos de Deus, Pedro, Apolo e Paulo, foram severamente repreendidos, sendo culpados de provocar divisão (sectarismo) na Igreja. Paulo lembra-lhes que Cristo e somente Ele é o centro da vida da Igreja. Qualquer outro centro é divisão, pois sai do centro pré-estabelecido. Sendo Cristo Jesus o centro, todas as coisas giram ao redor de Sua vontade. Por isso, a Igreja não é propriedade de nenhum homem.

4. A expressão visível da Igreja: a igreja local

Nas duas citações que o Senhor Jesus faz acerca da Igreja nos Evangelhos, vemos uma clara distinção. Em Mateus 16.18, há a dimensão ampla da Igreja, a dimensão universal, que inclui todos os salvos, sem referência a tempo ou espaço; já em Mateus 18.17, vemos outra dimensão, a igreja da localidade, que compreende todos os salvos que vivem numa mesma cidade. A Igreja não é paroquial nem provincial, nem estadual, nem nacional e nem denominacional. Ela é o Corpo de Cristo, a igreja universal, espalhada por todas as cidades, aldeias, povoados e vilarejos da terra. Conforme observamos no Novo Testamento, a Igreja de Cristo expressa-se em cada cidade, por isso encontramos tantas vezes no NT a expressão: “*A igreja de Deus que está em...*” (1 Co 1.2; 2 Co 1.1; 1 Ts 1.1; 2 Ts 1.1; Ap 2.1, 8, 12, 18; 3.1, 7, 14). Há, portanto, uma só Igreja em cada cidade (localidade), que se reúne em muitos lugares diferentes, sem, no entanto, ferir a unidade intrínseca dela. Localidade é a única base bíblica para a divisão da Igreja em igrejas.

5. As igrejas são independentes entre si

Conforme vemos no NT, as igrejas das diversas localidades eram independentes entre si. Não há “igreja-mãe” (matriz) e nem “igreja-filha” (filial). A igreja em Jerusalém nunca

foi a “igreja-mãe” de nenhuma outra igreja do NT, nem tampouco Antioquia. Ainda que irmãos de uma localidade mudassem para outra localidade, eles nunca iniciavam ali uma “filial”. Na nova localidade, a igreja sempre era a igreja em tal cidade. Nenhuma igreja possui jurisdição sobre outra igreja. O limite da “jurisdição” de uma igreja são os limites da cidade. Ainda que todas as igrejas estejam ligadas ao Único Cabeça, que é Cristo Jesus, elas são completamente independentes umas das outras em suas responsabilidades. Portanto, não pode haver nenhuma estrutura exterior

6. Todos são sacerdotes de Deus

O que é um sacerdote? A palavra sacerdote quer dizer ponte, alguém que se coloca entre duas pessoas, uma ponte entre Deus e os homens. O sacerdote tem um relacionamento especial com Deus por isso ele é o representante da divindade perante os homens e representa os homens perante a divindade. Conforme vemos no AT, inicialmente, a nação de Israel deveria funcionar como um reino sacerdotal (Ex 19.6). Mas logo depois, quando ouviram a voz de Deus ficaram apavorados e renunciaram a esse direito transferindo-o para outra pessoa, no caso, Moisés (Ex 20.18-19). A partir desse acontecimento estabelece-se entre o povo de Deus um grupo especial, a casta sacerdotal. O povo de Deus está agora dividido entre clero e leigos (*laicato*). Mas com a Igreja é diferente. Ela foi planejada por Deus para ser um sacerdócio real, portanto, todos são sacerdotes. Nós somos reis e sacerdotes juntamente com o nosso Senhor Jesus – Ap 1.6; 5.10 e 20.6. Ele é o grande rei e o nosso Sumo-sacerdote (essa expressão referindo-se à Cristo, aparece 10 vezes no NT). Sendo assim, não há entre os santos nenhuma casta especial, nenhum clero. Todos são sacerdotes tendo, portanto, acesso livre, igual e pleno ao Pai celestial, através de nosso Senhor Jesus Cristo. Se existisse entre nós alguém, além de Cristo, que tivesse um acesso diferenciado ao Pai, isso seria uma absoluta contradição e negação do Evangelho. Portanto, se todos somos sacerdotes, temos iguais direitos e iguais responsabilidades. Por termos igual acesso ao Pai, todos podem pregar o evangelho, todos podem fazer discípulos, todos podem batizar, todos podem abençoar o pão e o cálice, todos podem impor as mãos sobre enfermos, todos podem expulsar demônios, todos podem edificar a Igreja, todos podem servir com o ministério da Palavra, todos são chamados para o ministério e todos têm um ministério. Portanto, não há na igreja títulos que nos diferenciem uns dos outros, tais como “homem de Deus”, “ungido de Deus”, “servo de Deus”, etc (se esses títulos puderem ser aplicados a todos os santos, então são bíblicos). É isso o que observamos na igreja segundo o NT. Como sacerdotes que somos, nossa primeira tarefa é adorar a Deus em espírito e em verdade e, em segundo lugar, ministrar aos homens conduzindo-os à Cristo Jesus.

7. A vida da Igreja: Cristo Jesus

A vida da igreja, conforme vemos no NT, não é um conjunto de programações. A vida da Igreja é Cristo Jesus. Ela não está centralizada em dias específicos, mas no dia-a-dia. Pois a vida de Cristo manifesta-se no dia-a-dia da Igreja. Como ocorre essa manifestação? Através do amor (*agápe*), da comunhão (*koinonia*) e do serviço (*diakonia*) mútuos. A vida da Igreja é uma vida de amor, comunhão e serviço. Encontramos no NT uma série de mandamentos que são as mutualidades do Corpo de Cristo - o que devemos fazer e não fazer “uns aos outros”. Esses mandamentos são a prática do amor, da comunhão e do serviço – a vida de Cristo. De modo que, quando amamos uns aos outros, manifestamos o

amor de Cristo; quando temos comunhão uns com os outros repartimos a vida de Cristo; e quando servimos uns aos outros, manifestamos o serviço do Servo de Deus. Algumas das mutualidades encontradas no NT:

- Jo 13.34: Amar uns aos outros (aparece mais 12 vezes).
- Jo 13.14: Lavar os pés uns dos outros.
- Rm 12.10b: Preferir uns aos outros.
- Rm 12.16: Buscar unanimidade (mesmo parecer) uns com os outros.
- Rm 14.13: Não julgar uns aos outros.
- Rm 15.5: O mesmo sentimento uns para com os outros.
- Rm 15.7: Acolher uns aos outros.
- Rm 15.14; Hb 10.25: Admoestar uns aos outros.
- Rm 16.16; 1 Co 16.20; 13.12; 1 Pe 5.14: Saudar uns aos outros com ósculo santo.
- 1 Co 11.33: No partir do pão devemos esperar uns pelos outros.
- 1 Co 12.15: Devemos ter igual cuidado uns pelos outros.
- Gl 5.13: Servir uns aos outros.
- Gl 5.15: Não exterminar uns aos outros.
- Gl 5.26: Não irritar uns aos outros; não invejar uns aos outros.
- Gl 6.2: Devemos levar as cargas uns dos outros.
- Ef 4.2; Cl 3.13: Suportar uns aos outros.
- Ef 4.32; Cl 3.13: Ser benignos uns aos outros; ser misericordiosos uns aos outros; perdoar uns aos outros.
- Ef 5.21; 1 Pe 5.5: Sujeitar-nos uns aos outros.
- Fp 2.3: Devemos considerar os outros superiores a nós mesmos.
- Fp 2.4: Devemos atentar para as necessidades dos outros.
- Cl 3.9; Ef 4.25: Não mentir uns aos outros.
- Cl 3.16: Ensinar e admoestar uns aos outros com salmos, hinos e cânticos espirituais.
- 1 Ts 4.8: Consolar uns aos outros.
- 1 Ts 5.11; Hb 3.13; Rm 14.19: Exortar uns aos outros; edificar uns aos outros.
- 1 Ts 5.15: Não dar a outrem mal por mal, mas seguir sempre o bem.
- Hb 10.24: Devemos estimular uns aos outros no amor e nas boas obras.
- Tg 4.11: Não falar mal uns dos outros.
- Tg 5.9: Não se queixar uns contra os outros.
- Tg 5.16: Confessar as culpas uns aos outros; orar uns pelos outros.
- 1 Pe 4.9: Devemos ser hospitaleiros uns para com os outros.
- 1 Pe 4.10: Servir uns aos outros com os dons que recebemos.

Todas essas mutualidades são as expressões da vida de Cristo entre nós. Quando elas estão presentes, sabemos que o Senhor Jesus vive entre nós. É por isso que aqueles irmãos no livro de Atos foram (ainda que pejorativamente) denominados de “cristãos”, “pequenos Cristos”.

O FUNCIONAMENTO DA IGREJA DE DEUS

Como deve a Igreja de Deus funcionar na localidade? Ou ainda, como deve ser sua manifestação em cada cidade?

1. A questão do nome:

Já vimos que, conforme o NT, havia uma só Igreja em cada localidade (cidade). Essa Igreja reunia-se em múltiplos lugares, nas casas de irmãos e em espaços mais amplos onde se reunia toda a Igreja. Embora se reunissem em muitos lugares diferentes, havia uma só Igreja em cada cidade. A Igreja era simplesmente, a “igreja em Éfeso”, a “igreja em Corinto”, a “igreja em Filipos”, a “igreja em Jerusalém”. Não havia nenhuma outra denominação para diferencia-los. O Novo Testamento fala-nos de “cristãos” (At 11.26). Este nome foi dado pelos estranhos, como forma de ridiculariza-los, isto porque, eles seguiam a Cristo com fidelidade.

As epístolas falam de “santos” (1 Co 14.33; Rm 1.7; 1 Co 1.2; 2 Co 1.1; Ef 1.1; Fp 1.1 – no total, 75 vezes). Eles também são denominados de “discípulos” (At 13.52; 14.22 – no total, 35 vezes). Mas o que vemos por todo o Novo Testamento, com muito maior frequência é a designação de “irmãos” (aparece 293 vezes). O nome de irmãos convém à família de Deus, por isso devemos emprega-lo. Não temos que procurar outro, e nem, podemos fazer dele uso exclusivo nosso. Usando-o, não esqueceremos o grande número daqueles que, filhos de Deus como nós e que não conhecemos pessoalmente, estão espalhados pela chamada cristandade. Assim, provaremos em nossos corações o sentimento da família de Cristo, ainda que na atual situação da igreja os filhos de Deus estejam dispersos nas diversas denominações.

2. Sua edificação e crescimento:

A edificação e o crescimento da Igreja são as conseqüências do exercício do sacerdócio de cada membro de Cristo. O Novo Testamento nos ensina amplamente que os instrumentos que Deus usa, para a edificação da Igreja são os santos. Vemos em todo o Novo Testamento, pelo menos 22 citações acerca da nossa responsabilidade de edificar uns aos outros. É isso exatamente que percebemos nas páginas do NT. A edificação e o crescimento da Igreja são frutos da atuação de cada membro. Esse é o testemunho no livro de Atos e também nas epístolas – At 4.31, 33; 6.7; 8.4; 1 Ts 1.8-9; 5.11; 1 Co 14.12; Ef 4.11-16. Portanto, cada membro de Cristo Jesus é responsável pela edificação do Corpo. Enganamo-nos quando pensamos que essa responsabilidade é de alguns poucos especialistas. Cada um dos santos recebeu uma porção da vida da Cabeça e com a qual deve contribuir para edificação e crescimento do próprio Corpo. Aqueles quatro ministérios citados em Ef 4.11: apóstolos, profetas, evangelistas e pastores-mestres, têm a função de “aperfeiçoar” os santos, para a obra do ministério, para *edificação* do corpo de Cristo. De modo que o Corpo, bem ajustado, e ligado pelo auxílio de todas as juntas, segundo a justa operação de cada parte, faz o *aumento* do corpo. Alguns homens têm a responsabilidade de treinar os santos, mas todos os santos têm a responsabilidade de edificar o Corpo de Cristo. Nós edificamos o Corpo de dois modos: cuidando uns dos outros (os mais velhos ajudam os mais novos) e repartindo uns com os outros daquilo que temos recebido do Senhor. Um corpo saudável cresce naturalmente – conforme a atuação de cada parte (Ef 4.16). O crescimento do corpo é sempre de acordo com a medida da atuação de cada membro. Se

poucos trabalham, teremos pouco aumento; se muitos trabalham, o aumento será proporcional. Um crescimento fora dessa medida é anormal.

3. O serviço da Igreja:

A Igreja toda foi chamada por Deus para o serviço. Sendo a casa de Deus, todos têm algo para fazer, ninguém aqui é um convidado ou um visitante. Todos são chamados para a Obra. Devemos lembrar que a Igreja é o corpo de Cristo atuando na terra. A Cabeça desse corpo está nos céus, e os membros estão aqui na terra. Ela é o lugar, onde a Cabeça se faz plena, por isso Paulo escreve, que a igreja é “a plenitude daquele que cumpre tudo em todos” (Ef 1.23). O nosso Senhor é tão grande que requer todos os crentes, de todas as eras e de todas nações para expressa-Lo. De modo que, é através dos membros do Corpo de Cristo que se manifesta a Sua variada beleza e glória. A Obra de Deus na terra é uma só: edificar o Corpo de Cristo. Geralmente pensamos que a Obra de Deus é ganhar os perdidos, mas estamos equivocados. Ganhar os perdidos é o meio de trazer para Cristo todos aqueles que desde a eternidade pertencem a Ele, e que devem ser acrescentados. Quando estudamos o NT descobrimos que Sua Obra é edificar a Igreja (ver Ef 4.7, 11-16). O serviço que o Senhor designou para Igreja é o “aperfeiçoamento dos santos”, porque a obra de Deus e a obra da Igreja são a formação e a edificação do Corpo. Como Deus faz isso? Em primeiro lugar, através da função de apóstolos, profetas, evangelistas, pastores e mestres. Mas não pensemos que esses são os únicos obreiros que Deus estabeleceu no Corpo e para o Corpo. Eles não são os únicos; cada membro do Corpo é designado por Deus para trabalhar para Deus e para o Corpo, para a edificação do Corpo. Não é que alguns são obreiros e outros são simplesmente membros do Corpo. Todos são obreiros. O Corpo de Cristo deve edificar a si mesmo. Tudo deve vir do Corpo e tudo deve ser para o Corpo.

Por causa da Obra, por causa do serviço, o Espírito distribuiu dons entre todos os membros do Corpo. No capítulo 12 de 1 Coríntios encontramos três princípios fundamentais relativos aos dons espirituais (no Texto grego aparece apenas “espirituais”):

- A variedade de dons;
- A livre distribuição desses dons segundo a soberana vontade do Espírito de Deus (v. 11);
- O fato de os mesmos dons não serem para todos. Devemos observar nesse ponto algumas coisas: (1) 9 repetições nos versos 8 a 10: “*A um... e a outro... e a outro*”; (2) Um paralelo com os membros do corpo humano: Os membros são diferentes, as funções são diferentes, e isto é necessário para que haja, realmente, um corpo, “*mas um só e o mesmo Espírito opera todas estas coisas, repartindo particularmente, a cada um, como quer*” (versos 11 a 27); (3) 7 questões que reclamam todas uma resposta negativa: “*Porventura são todos apóstolos? São todos profetas?... Falam todos diversas línguas? Interpretam todos?*” (versos 28-30).

Encontramos no NT alguns textos com uma relação desses dons:

Romanos 12.3-8

- profecia (1)
- ministério - *diakonia* (2) – há diversidade de ministérios (1 Co 12.5)

- ensinar - *didasko* (3)
- exortar/encorajar - *parakaleo* (4)
- repartir - *metadidomi* (5)
- presidir (6)
- misericórdia - *eleon* (7)

1 Coríntios 12.7-11

- palavra de sabedoria (8)
- palavra de ciência - *gnóseos* (9)
- fé (10)
- dons de curas (11)
- operação de maravilhas/milagres (12)
- profecia (1)
- discernimento de espíritos (13)
- variedades de línguas (14)
- interpretação de línguas (15)

1 Coríntios 12.27-31

- apóstolos (16)
- profetas (17)
- mestres (3)
- milagres (12)
- dons de curas (11)
- socorros/ajudas - *antilempsis* (2)
- governos/orientações (6)
- variedades de línguas (14)
- operadores de milagres (12)
- dons de curas (11)

Efésios 4.11

- apóstolos (16)
- profetas (17)
- evangelistas (18)
- pastores/mestres (3)

1 Pedro 4.10-11

- falar (3)
- administrar - *diakoneo* (2)

O duplo serviço dos santos é: pregar o evangelho (Mc 16.15) e fazer discípulos (Mt 28.19). Esse duplo serviço produz a edificação da igreja do Senhor. Os dons espirituais (presentes) são ferramentas dadas pelo Espírito Santo para trabalharmos na Obra de Deus. Nessas cinco listas, há uma classe de dons que presta um serviço muito específico aos santos. São os ministérios citados em Ef 4.11. O trabalho deles é aperfeiçoar/treinar/equipar (*katartismos*) para a obra do ministério. Esses quatro, apóstolos, profetas, evangelistas, pastores/mestres, são uma provisão do Senhor Jesus (1 Co 12.5), para que o Corpo possa ser

aperfeiçoado/treinado/capacitado – “para edificação do corpo de Cristo”. A ênfase sempre está no Corpo como um todo e não nalguns poucos. Devemos citar que todos os textos que falam acerca dos dons espirituais, sempre o propósito é a edificação da Igreja. Devemos lembrar que a Obra de Deus é edificar o Corpo de Cristo na terra. Se perdermos isso de vista, erraremos com os dons. Esse foi o problema tratado por Paulo na igreja em Corinto. Esses cristãos coríntios, estavam usando os dons para exibicionismo e vanglória. Por isso, foram duramente corrigidos pelo apóstolo.

4. O “governo” da Igreja e das Igrejas:

Ef 4.11-12; At 6.3; 11.30; 14.23; 15.2-4; 20.17, 28; Fp 1.1; 1 Tm 3.1-13; 5.17; Tt 1.5-9 e 1 Pe 5.1-4.

Já vimos que quanto ao serviço na Obra, todos os santos eram responsáveis. Isso porque, do ponto de vista de Deus, todos os que foram salvos são chamados para o ministério. É por causa disso, que o Senhor Jesus concedeu alguns para “apóstolos, e outros para profetas, e outros para evangelistas, e outros para pastores e doutores”. O propósito para isso é bem claro no verso 12 de Ef 4: “Querendo o aperfeiçoamento dos santos, para a obra do ministério, para edificação do corpo de Cristo”. Mas há um grupo específico que têm uma maior responsabilidade pela Obra, tanto a nível local quanto extralocal.

O que notamos no livro de Atos, é que no começo em Jerusalém e, ao que parece nas cidades da Judéia, Samaria e Fenícia, já havia uma pluralidade de anciãos ou presbíteros. Até o capítulo 6 de Atos, notamos que a igreja em Jerusalém é governada pelos Doze, denominados pelo Senhor como apóstolos. Eles eram, juntamente com outros denominados de anciãos ou presbíteros (*presbuteros* em grego), o “governo” da igreja local em Jerusalém. No capítulo 6, com o crescimento do número dos discípulos, houve a necessidade de um segundo nível de ministério, os Sete. Mais tarde no contexto do NT, descobrimos que esse segundo nível é denominado de diáconos. A função deles, que começou cuidando das necessidades de órfãos e viúvas, chegou a funcionar como auxiliares dos presbíteros.

Até o capítulo 7, quando eclodiu a perseguição, tudo estava centrado e concentrado em Jerusalém. Com a perseguição, os irmãos são espalhados pela Judéia e Samaria, estes anunciaram o Evangelho nos lugares por onde foram dispersos. Logo em seguida, os apóstolos de Jerusalém desceram à Samaria para confirmar a Obra que já estava acontecendo lá (At 8.14). Aqui exatamente vemos o apostolado funcionando. Os apóstolos são então, homens responsáveis pelo andamento da Obra a nível universal (extralocal) – a Igreja. Um apóstolo é portanto, um profeta, evangelista ou pastor-mestre, que saiu de sua localidade para atender a Obra fora de sua cidade (At 13.1).

Dos quatro ministérios especiais citados em Ef 4, um deles tem caráter “extralocal”, isto é, sua abrangência vai além da igreja da localidade – os apóstolos. Os outros três, profetas, evangelistas e pastores-mestres têm caráter e abrangência local. É o que vemos em Antioquia, por exemplo (At 13.1), ali havia alguns “profetas e doutores”. Entre eles estavam Saulo e Barnabé, que são enviados pelo Espírito Santo para o avançar da Obra entre os gentios. Logo depois, no capítulo 14, eles são chamados de apóstolos (14.4, 14). Até aqui somente os Doze foram denominados de apóstolos pelo Espírito Santo. Mas devemos observar que há agora um avanço da Obra, a estrutura acompanha o crescimento.

O que são então os apóstolos? São obreiros de Deus, que o Espírito Santo envia para fazer a obra para a qual Ele os chamou. A responsabilidade do trabalho está nas mãos deles. Falando em sentido amplo, todos os crentes são responsáveis pela Obra de Deus, porém os apóstolos constituem um grupo de pessoas especialmente separadas com responsabilidade peculiar pelo andamento do trabalho. Eles foram comissionados especialmente para fundarem igrejas pela pregação do Evangelho, para trazerem revelação de Deus a Seu povo, para tomarem decisões em assuntos pertinentes à doutrina e ao governo, e para edificarem os santos e distribuírem os dons. Nessa responsabilidade está a eleição de presbíteros em cada localidade (At 14.23). O apostolado não é um dom, é sim, um ofício.

Com o avanço da Obra, em cada cidade onde uma igreja era iniciada, vemos os apóstolos estabelecendo anciãos ou presbíteros (no texto grego a palavra é sempre a mesma, *presbuteros*). O que são presbíteros? São homens que têm a responsabilidade pelo andamento da igreja em cada localidade – At 14.23; 20.17 e Tt 1.5. Eles, auxiliados pelos diáconos (Fp 1.1), são um tipo de “governo” na igreja local.

Encontramos uma outra palavra usada pelo Espírito Santo para falar dos presbíteros, eles são bispos (*episcopoi*, em grego) – 1 Tm 3.2; Tt 1.7 e At 20.28. Quando a palavra usada para esses homens é presbíteros, isso nos fala da pessoa deles. Eles são homens maduros ou experimentados (por isso anciãos), refere-se à maturidade que possuem na experiência espiritual. Quando é usada a expressão bispo, fala-nos então da natureza de seu trabalho. Bispo (*episcopos*) quer dizer inspetor ou supervisor (lit. “olhar/vigiar por cima de”). O trabalho dos presbíteros é, portanto, supervisionar o trabalho dos irmãos. Desse modo, entendemos que esses homens têm um daqueles dons citados em Ef 4.11: profetas, evangelistas ou pastores-mestres. Como diz o irmão W. Nee, eles não são um grupo de homens contratados pela igreja para fazer o trabalho da igreja em lugar de seus membros; eles são apenas os chefes que supervisionam e treinam os irmãos para a Obra. Compete-lhes estimular os que ficam para trás e restringir os precipitados, jamais fazendo a obra em lugar deles, mas simplesmente orientando-os na sua execução. Eles são escolhidos para “governar”, e também “instruir” e “pastorear”. Por isso, devem ser considerados de duplicada honra os presbíteros que governam bem, principalmente os que trabalham na palavra e na doutrina (1 Tm 5.17). Portanto podem ser sustentados financeiramente pela igreja (1 Tm 5.18).

Eles não foram escolhidos para serem “senhores” de seus irmãos, mas seus “modelos” (1 Pe 5.3). O que é um modelo? É um *padrão* para outros seguirem. Portanto, para que os anciãos fossem um padrão para os irmãos, importava que os irmãos trabalhassem e os anciãos também. Desse modo, os irmãos teriam um bom exemplo a seguir. O que notamos também é que em cada cidade havia uma pluralidade de presbíteros. O Espírito Santo foi preciso em cada ocasião onde o termo está em conexão com a igreja de cada localidade. Essa pluralidade foi estabelecida para que a igreja não fosse propriedade de nenhum homem. Eles deveriam caminhar juntos e depender juntos da direção do Espírito Santo, conferindo uns com os outros passo a passo. Vemos também no NT o incremento de diáconos e diaconisas para auxiliarem os presbíteros em suas responsabilidades. Notamos que o padrão moral e espiritual para ambos é o mesmo (1 Tm 3.1-13 e Tt 1.5-9).

É importante notar ainda, que a igreja não vivia ao redor desses homens, como se eles fossem o centro; o centro era a igreja; eles eram auxiliares dos obreiros – toda a igreja. A evidência disso, é que as cartas apostólicas escritas às igrejas, nunca foram endereçadas a à algum presbitério local, mas sempre à igreja como um todo.

5. As Reuniões:

Mt 18.20; At 2.42, 46; 1 Co 14.26

Tão importante quanto é a igreja em si, nos pensamentos de Deus, é também o modo como ela se reúne numa localidade. Mais uma vez, não podemos ter como base a tradição da cristandade para isso. Precisamos sim, voltar à forma pura e singela que vemos no livro de Atos e nas epístolas. Quando vemos o funcionamento da assembléia cristã, vemos que o grande propósito de Deus é sempre o de exaltar Seu Filho, o Senhor Jesus Cristo. Deus pensa tanto em Seu Filho que colocou o mais elevado valor no Seu Nome – ver Fp 2.9-10 e Ef 1.20. O mesmo Senhor Jesus disse aos discípulos que quando a igreja fosse formada, depois de Sua morte e ressurreição (no Pentecostes), que Seu Nome deveria ser seu ponto de reunião – Mt 18.20. Pois a igreja primitiva fez exatamente isso. Eles se encontravam no Nome exaltado do Senhor Jesus, quando se reuniam para adorar, para orar e para outras funções da assembléia. Eles não tomaram outro nome além do Nome do Senhor Jesus. Enquanto Deus pôs o mais alto valor no Nome de Seu Filho Jesus, os homens consideram que não importa o que nome você leva. Será que o povo do Senhor vai levar ao céu nomes como presbiteriano, batista, pentecostal, menonita, etc? Não, de modo algum! Muito bem, o Nome de Cristo é supremo no céu. E deve ser também na terra. O Senhor Jesus ensinou os discípulos a orar assim: “seja feita a tua vontade, assim na terra como no céu” (Mt 6.10). Mas apesar disso os cristãos em geral, procuram conformar-se e reúnem-se sob todos os tipos de nomes sectários, ainda que admitam que isso não haverá no céu. Que diferença entre os dias atuais e os dias bíblicos.

O local de reunião

Os nossos primeiros irmãos nunca construíram um templo. Isso porque, o templo do Novo Testamento não é um edifício material; ele se constitui de pessoas vivas, todos crentes no Senhor. Visto que o Templo do Novo Testamento é espiritual, então o problema de lugares de reunião para os crentes, ou lugares de culto, nunca foi uma necessidade. O testemunho que temos no livro de Atos, é que eles se reuniam em muitos lugares diferentes. No Pentecostes os discípulos estavam reunidos no cenáculo (uma ampla sala de jantar). Eles se reuniam também numa área externa do Templo em Jerusalém, o Pórtico (alpendre) de Salomão (At 2.46; 3.11 e 5.12). Também se reuniam separadamente em diversas casas (At 2.46). Reuniam-se para oração em diversos lares, sendo o de Maria um deles (At 12.12), e em certa ocasião eles estavam reunidos num local no terceiro andar de um edifício (At 20.9). Portanto, os crentes se reuniam numa variedade de lugares e não tinham ponto oficial de reunião; simplesmente faziam uso de qualquer prédio que melhor se adaptasse às suas necessidades. Nas diversas cidades por onde a igreja se espalhou, os irmãos aprenderam a congregar-se na atmosfera de família de uma casa particular. Lemos sobre a igreja na casa de Priscila e Áquila (Rm 16.5; 1 Co 16.19), a igreja na casa de Nínia (Cl 4.15), e a igreja na casa de Filemom (Fm 2). O que observamos é que se numa determinada cidade havia alguns

crentes e um deles tinha uma casa de bom tamanho para acomodar todos eles, muito naturalmente se reuniam ali. Havia só uma igreja em Jerusalém, mas seus membros se congregavam em diferentes “casas”. Vemos também que os crentes se reuniam não apenas separadamente nas casas, mas também num lugar amplo onde coubesse toda a igreja (1 Co 14.23). Sendo assim, o método bíblico de organização da igreja é bem simples. Tão logo haja alguns crentes num lugar, eles começam a reunir-se em um dos lares. Se o número aumenta de maneira que se torna impraticável reunir-se em uma casa, então eles podem reunir-se em diversas casas diferentes, mas todo o grupo de crentes pode reunir-se de tempos em tempos, em algum local público. (Pensando no dias atuais, para tal fim se poderia emprestar um salão, ou aluga-lo, ou mesmo construí-lo, segundo as condições financeiras da igreja – esse local deve ter a aparência de uma casa e não de um templo religioso; mas devemos lembrar que o ideal de reunião dos santos é em seus próprios lares).

A reunião

Para compreendermos a reunião dos filhos de Deus, precisamos antes diferenciar duas coisas: a obra e a igreja local. A obra tem a ver com a expansão da igreja a nível mundial, e os responsáveis por ela são os apóstolos. Quando Paulo e Barnabé saíram de Antioquia, eles não foram na qualidade de anciãos, foram sim como apóstolos. Todo o trabalho extralocal deles tem a ver com a Obra. A igreja local, por sua vez é de responsabilidade de todos os crentes numa determinada cidade. Paulo não era responsável pela igreja em Corinto; os membros eram os responsáveis.

Isso posto, entenderemos mais facilmente o ensino bíblico acerca das reuniões. Conforme notamos nas Escrituras, há dois tipos de reunião – a reunião da igreja e a reunião da obra (apostólica). Na reunião da obra somente um homem falava e todos os demais eram sua audiência. Essa reunião estava relacionada com o trabalho apostólico – a Obra. Nessas reuniões não há espaço para cada um compartilhar. Vemos no livro de Atos reuniões apostólicas dirigidas a crentes e a não-crentes. Aquela reunião feita logo após o nascimento da Igreja em At 2, foi apostólica para não-crentes (At 2.14); também foram as reuniões no pórtico de Salomão (At 3.11) e a reunião na casa de Cornélio (At 10). Vemos um só homem falando e os demais ouvindo. Já aquela reunião em At 15 em Jerusalém, era uma reunião da obra para crentes. O mesmo vemos em At 20, naquele cenáculo em Trôade, no terceiro andar do prédio. Uma reunião apostólica é caracterizada pela fala de um só homem. Nessas reuniões há direções específicas e tomadas de decisões. Essas reuniões são mais esporádicas.

As reuniões do segundo tipo, são as reuniões da igreja (assembléia). Quando chegamos em 1 Co 14, vemos que é desse tipo de reunião que o apóstolo está tratando – 1 Co 14.23, 26-33. Aqui nessa reunião cada um “tem salmo, tem doutrina, tem revelação, tem língua, tem interpretação” (v. 26). Aqui não é o caso de um só homem falando e todos os outros em silêncio ouvindo; mas de cada um contribuindo com sua parte para a edificação da igreja. Na verdade, apenas uns poucos dos presentes tomam parte, mas todos têm oportunidade para falar. Nem todos podem profetizar e ensinar, mas todos podem “procurar” profetizar e ensinar (v. 1).

Esse tipo de reunião de 1 Co 14 é claramente uma reunião onde não há um só homem dirigindo, porém cada um com seu dom contribui para a reunião, conforme o Espírito Santo determina. Conforme o relato das Escrituras, a igreja primitiva se reunia para quatro finalidades:

1) Leitura/ensino da doutrina dos apóstolos: At 2.42; 15.30 e 31; Cl 4.16; 1 Ts 5.27; 1 Tm 4.13; 1 Co 14.29-31.

Nesse tipo de reunião, as Escrituras do AT, os evangelhos e as cartas dos apóstolos eram lidos publicamente e explicadas por dois ou três irmãos. Desse modo, os santos eram exortados e ensinados, sendo bem estabelecidos na verdade de Deus.

2) Oração: At 2.42; 4.24, 31; 12.5, 12.

Note que no texto de At 2.42 diz “orações”, indicando que eles tinham tempos específicos com esse propósito. Ao que parece, essas reuniões não eram exatamente com toda a igreja num mesmo lugar. Vemos no capítulo 12 de Atos que a reunião estava acontecendo na casa de Maria, mãe de João Marcos.

3) Partir do pão: At 2.24; 20.7; 1 Co 10.16, 17 e 21; 1 Co 11.23-26.

Pelo testemunho das Escrituras, os irmãos partiam o pão no primeiro dia da semana – o domingo, o dia do Senhor (Ap 1.10), em obediência à ordem do Senhor, “fazei isto em memória de mim” (Lc 22.19).

O “partir do pão” tem um duplo significado. Em primeiro lugar, é a “mesa do Senhor”, conforme 1 Co 10. O partir do pão representa a comunhão e a unidade de todos os filhos de Deus na face da terra. O cálice é a comunhão do sangue de Cristo – o sangue derramado que nos abriu o caminho para a comunhão com o Pai; e o pão é a comunhão do corpo de Cristo – lembra-nos que somos um só pão, ou seja, somos um com todos os santos em toda a terra e em todos os tempos. Por isso, há um só pão sobre a mesa.

Em segundo lugar, o partir do pão é a “ceia do Senhor”, conforme 1 Co 11. Aqui a ênfase está em lembrar do Senhor – “em memória de mim” – 1 Co 11.24b. Ao contemplarmos o pão e o cálice, lembramos imediatamente da cruz – 1 Co 11.26. Ele é o grão de trigo que foi moído e o fruto da videira que foi esmagado. A ceia do Senhor como memorial, sempre nos aponta para o amor de Cristo que nos restringe e constrange – 2 Co 5.14-15. E assim, somos compelidos a amar uns aos outros, perdoar uns aos outros, pedir perdão uns aos outros e servir uns aos outros.

Quem deve participar:

Todos os remidos pelo Senhor, que foram batizados nas águas e que estão em comunhão com Sua igreja. Isso significa que nada me separa de outro irmão. Se algo está errado entre nós, em primeiro lugar devo procurar o irmão e consertar o que fiz de errado, depois devo comer do pão e beber do cálice. Essa é a mesa do Senhor e a ceia do Senhor; portanto, todos os Seus têm direito de participar.

Restrições:

- Nenhuma pessoa não-convertida a Cristo pode tomar parte na mesa do Senhor – Ex 12.48;

- Crentes em ligação com o mal – 1 Co 5.6-13 e Ef 4.17ss. Eles estão ligados ao mal e recusam o arrependimento ou o separar-se do mal;
- Os que têm má doutrina, isto é, negam alguma das verdades fundamentais da palavra – 2 Jo 10; Rm 16.17-18;
- Os que mantêm comunhão com aqueles que estão ligados com o mal e com aqueles que negam a doutrina de Cristo – 2 Jo 11; 1 Tm 5.22.

Observação:

Os elementos usados na ceia, o pão e o vinho, *representam* o corpo e o sangue do Senhor. Em nenhum lugar do NT há qualquer base para outro entendimento. No século 13, a igreja católica romana promulgou no 4º Concílio de Latrão, o *dogma da transubstanciação*, estabelecendo que o pão e o vinho se transformam literalmente na carne e no sangue de Cristo, mediante a consagração do *padre* ou *bispo*. Lutero, por sua vez, combateu essa heresia no século 16. Entretanto, manteve uma doutrina parecida, a *consustanciação*. Isto é, o pão e o vinho se transformam na carne e no sangue de Cristo, mediante a fé de cada crente. Tanto a posição *católica* quanto a posição *luterana* estão equivocadas. A Bíblia nunca disse isso. Pão e vinho *representam* o corpo e o sangue do Senhor, mas não há nenhuma “mágica” de transformação dos elementos. Do mesmo modo, as águas do batismo são *representativas*.

4) Exercício dos dons espirituais: 1 Co 14.28, 34 e 35.

Essa última finalidade é a clássica assembléia dos santos. É a reunião mais comum e mais característica da igreja. É exatamente dessa reunião que Paulo trata em 1 Co 14. Desta reunião se diz que todos podem profetizar. Isso é muito diferente de um irmão pregando e os demais sentados em silêncio. Aqui, cada irmão tem a sua parcela de responsabilidade em passar aos outros, aquilo que ele mesmo recebeu do Senhor, seja através de um salmo (cântico), de doutrina (ensino), de revelação, de língua com interpretação. Tudo é feito para mútua edificação.

Sendo assim, eu só poderei ter parte neste ministério se andar em íntima comunhão com o Senhor, ouvindo-O. Ele edifica a igreja através de seus membros – o corpo edifica o próprio corpo. É claro que não são todos que participam numa mesma reunião. O princípio que deve-se manter para todas essas assembléias é o que escreveu o irmão W. Nee, o princípio da “mesa redonda”. Mas para que tais reuniões tenham proveito e valor espiritual, é essencial que os crentes recebam dons espirituais, revelação e experimentem o poder do Espírito derramado. Para *termos* reuniões do NT, é preciso que *sejamos* homens e mulheres do NT.

Observação: A Postura nas Assembléias

Sem pretendermos estabelecer nenhum legalismo a respeito, creio que na nossa atual situação convém:

- Pontualidade – chegar um pouco antes;
- Os homens não devem usar nenhum tipo de cobertura na cabeça (1 Co 11.4);
- O uso do véu pelas mulheres – assunto a ser futuramente estudado;
- Não mascar chicletes durante a reunião;

- Procurar ficar sentado para não distrair a atenção dos irmãos.

6. A Disciplina na Igreja:

Mt 18.15-17; Ap 3.19; 1 Pe 4.47; 1 Co 5.1-13

Por toda a Escritura, vemos que Deus é Deus de ordem – Ele revelou um padrão de comportamento para os Seus. O padrão que Ele estabeleceu combina com a natureza de Seu caráter, a santidade – “*Sede santos, porque eu sou santo*” (1 Pe 1.16 e Lv 11.44). Ele agiu assim para com o povo de Israel no AT e tem a mesma intenção com a Igreja no NT.

O assunto da disciplina na igreja não é um assunto agradável (Hb 12.11). A palavra “disciplina” vem da palavra grega *paideia*, que quer dizer “uma mente sã”. Assim, “disciplinar” quer dizer “consertar os pensamentos” da pessoa que errou, de modo a corrigir sua conduta colocando-a no caminho certo. Deus quer que Seus filhos pensem e ajam em conformidade com Sua santidade, isto é, separando-se de todo o mal.

Há pelo menos quatro tipos de disciplina mencionadas na Bíblia:

- Disciplina Divina, onde Deus mesmo corrige os Seus filhos pessoalmente (At 5.1-11).
- Disciplina Pessoal, onde nós mesmos corrigimos as nossas atitudes erradas (1 Co 11.31).
- Disciplina no Lar, onde os pais corrigem seus filhos (Ef 6.4).
- Disciplina Corporativa, onde a igreja é chamada a corrigir os irmãos que andam em desacordo com a vontade de Deus (1 Co 5.13).

Por que a disciplina na igreja é necessária?

1. Nem sempre corrigimos nossas próprias vidas. Ocorre então que caímos em pecado. Às vezes, por falta de conhecimento da Palavra de Deus e outras, por falta de cuidado em obedecer ao que temos aprendido. Assim a disciplina da igreja chama a atenção do pecador ao seu caminho errado e o ajuda a deixar o pecado e ser restaurado à ordem de Deus.
2. Se o irmão que pecou não for corrigido, com certeza outros também vão cair no mesmo erro – “Não sabeis que um pouco de fermento faz levedar toda a massa?” (1 Co 5.6; Gl 5.9). A disciplina é necessária para ensinar a outros sobre a necessidade de santidade (separação do mal) na igreja (At 5.11).
3. Deus não pode abençoar Seu povo coletivamente quando há pecado no meio. Acã causou prejuízo para todo o povo de Israel quando pecou (Js 7). A disciplina purifica a Igreja diante dos olhos de Deus e assim ela permanece com lugar apropriado para a presença de Deus – “a santidade convém à tua casa, Senhor, para sempre” (Sl 93.5b).

As medidas disciplinares da igreja são:

1. A repreensão privada – por parte do ofendido ou de quem testemunhou a situação (Mt 18.15).
2. A repreensão de duas ou três testemunhas (Mt 18.16).
3. A repreensão pública por parte da igreja com base na palavra das duas ou três testemunhas, chamando o irmão ao arrependimento (Mt 18.17).

4. A separação da comunhão ou excomunhão - “*considera-o como um gentio e publicano*” (Mt 18.17).

Quem aplica a disciplina na Igreja?

Em primeiro lugar o Senhor Jesus disciplina a Igreja. É pela Sua Palavra que a igreja local aplica a disciplina - “*em nome de nosso Senhor Jesus Cristo*” - 1 Co 5.4. É um processo que foi acompanhado pelos anciãos (Gl 6.1) e por toda a igreja (1 Co 5.13). Em casos que a pessoa merece ser separada da comunhão, esta notícia triste deve ser dada à igreja reunida, mesmo que o infrator esteja ausente.

Quando e quais casos merecem disciplina?

A disciplina se requer quando houver CERTEZA dos fatos do caso. Deve-se observar o princípio das “duas ou três testemunhas”. Eles devem relatar os fatos à igreja e então esta deve tomar as medidas cabíveis.

1) Casos merecendo a separação da comunhão. Esta é a disciplina mais severa e somente pode ser aplicada em casos gravíssimos:

- O irmão ofensor recusa-se a reconhecer o erro de ofensa a outro irmão (Mt 18.15-17). Nesse ponto, os três passos já foram dados. Desse modo, a pessoa deve ser colocada para fora da comunhão até que reconheça seu erro.
- O irmão não se separa do mal em que *vive*: devassidão (imoralidade sexual), avareza, idolatria, maledicência, bebedeiras, roubos (1 Co 5.11). estes pecados devem ser disciplinados quando há provas de ATOS COMETIDOS. Alguns destes casos, como avareza, idolatria e maledicência são mais difíceis para provar, mas devem ser tratados.
- Blasfêmia (1 Tm 1.20). “Blasfêmia” é ensinar doutrina errada sobre a pessoa e Obra do Senhor Jesus Cristo. Isto não se refere a pessoas que têm diferentes pontos de vista sobre assuntos secundários. “Entregar a Satanás” é colocar fora da comunhão da Igreja (1 Co 5.5).

2) Casos que NÃO merecem separação da comunhão:

- Tropeço (Gl 6.1) – Neste caso, o pecado não foi planejado e não era costume da pessoa agir assim. Os irmãos mais novos estão sujeitos a tropeços por falta de conhecimento da Palavra e precisam de orientação dos irmãos mais velhos da igreja.
- Dúvidas sobre alguma doutrina (Jd 16-23) – Certos irmãos novos na fé ouvindo vários ensinamentos em outros lugares, ficam confusos e acabam ensinando doutrinas equivocadas. Eles não são falsos mestres, precisam de compaixão e esclarecimento da Palavra.
- Desordenado (2 Ts 3.6-14) – Esta pessoa se intromete na vida de outros irmãos; ou então, não quer trabalhar para ter seu próprio sustento. Passa muito tempo nas casas dos outros, falando o que não deve; usa a palavra publicamente para atacar

outros. Toda a igreja deve mostrar que não está gostando do seu comportamento e não deve dar oportunidades para ele.

- Repreensão pública (1 Tm 5.20). Esta disciplina é mais forte e mais séria no caso de alguém que continua nos erros mencionados anteriormente, depois de ser avisado pela igreja. A referência aqui diz respeito aos presbíteros, mas serve para todos.
- Homem faccioso (Tt 3.10-11) – Esta pessoa quer sempre dominar a igreja. Exige coisas sem base na Palavra de Deus. Facilmente faz “greve” quando não consegue o que quer e procura levar outros para o seu lado. Ele deve receber até dois avisos por parte da igreja; e, se continuar, toda a igreja deve manifestar a reprovação de seu comportamento. Com isto, ou ele se retira, ou muda seu comportamento.
- Quem causa divisão (At 20.29 e 30) – Esta pessoa é carnal e usa a comunhão da igreja para carregar discípulos atrás de si, visando formar outro trabalho onde possa ser reconhecido e tenha preeminência. Estes são lobos disfarçados e muito perigosos, inconscientemente estão à serviço de Satanás. A igreja deve afastar-se deles que, não recebendo atenção, cessarão de causar divisões e vão embora.

A restauração do pecador:

Esta ação da assembléia de colocar alguém fora da comunhão deve sempre ter em vista o bem e benção da pessoa que errou. Ela é posta fora e não reintegrada, por essa razão ela poderá ser quebrantada em arrependimento e restaurada ao Senhor. *“Mas agora vos escrevi que não vos associeis com aquele que, dizendo-se irmão, for devasso, ou avarento, ou idólatra, ou maldizente, ou beerrão, ou roubador; com o tal nem ainda comais.”* (1 Co 5.11). Quando uma pessoa está arrependida e julgou seu pecado, a assembléia deve recebê-la de volta para a comunhão. Em relação à pessoa pecadora que os Coríntios colocaram fora do meio deles, o apóstolo Paulo disse, *“Basta-lhe ao tal esta repreensão feita por muitos. De maneira que pelo contrário deveis antes perdoar-lhe e consolá-lo, para que o tal não seja de modo algum devorado de demasiada tristeza. Por isso vos rogo que confirmeis para com ele o vosso amor.”* (2 Co 2.6-8). Os irmãos que conduzirão a disciplina devem ser os mais “espirituais” (Gl 6.1). Ao se tratar da situação deve-se fazê-lo sempre com o fim de restaurar o irmão que pecou.

7. O Sustento Financeiro da Obra

Gn 14.18-20;

Como a Obra de Deus era sustentada financeiramente nos dias apostólicos? Qual era a prática daqueles irmãos? Ao tratar desse assunto do sustento, estamos tocando em algo vital para a nossa sociedade, o dinheiro. Vale dizer que o tema relacionado ao dinheiro é um dos grandes temas nas Escrituras. Desde o AT até o NT. O AT trata exaustivamente, bem como o NT. Só nos quatro evangelhos encontramos pelo menos 80 referências.

No tocante aos bens e riquezas, a Bíblia ensina claramente que Deus é o dono de tudo porque Ele é o Criador de tudo: Ne 9.6 e Sl 24.1. A maior prova disso, é que Deus pode nos tirar tudo de uma hora para outra, sem precisar autorização de nenhum pretendo

“proprietário”. Ele é o Senhor sobre tudo e sobre todos. E quanto ao dinheiro, Ele diz: “*Minha é a prata, e meu é o ouro, disse o Senhor dos Exércitos*” (Ag 2.8). Se Deus é o Dono de tudo, o que é o homem? O homem é o mordomo de toda a criação. Deus entregou-lhe o encargo de administrar a terra e domina-la (Gn 1.28). O homem, portanto, um dia prestará contas de sua mordomia diante de Deus, como nos ensinou o Senhor Jesus na parábola dos talentos em Mt 25.14-30.

Quanto ao dinheiro, a Bíblia ensina que ele não é em si algo neutro (depende do uso que fazemos dele, como dizem alguns); o dinheiro é um deus (Mt 6.24). *Mamom* era o deus das riquezas, a personificação do poder e da sedução que as riquezas significam. O dinheiro portanto, tem atributos de divindade: ele dá segurança, bem-estar e felicidade. Na parábola do semeador, o Senhor Jesus mostra que um homem é capaz de não compreender o evangelho, por causa dos *cuidados deste mundo, e a sedução das riquezas* (Mt 13.22). Há ainda a história daquele jovem que possuía muitas riquezas, o qual foi atraído para Jesus. Mas a atração e o amor que tinha por seus bens, foi maior que a disposição de abandonar tudo e seguir a Cristo. Ele estava tão preso ao seu dinheiro, que foi incapaz de entrar no reino (Mt 19.22). Dentre as inúmeras advertências quanto ao cuidado com o dinheiro, destacamos duas: Sl 62.10b e 1 Tm 6.10. O fruto do amor ao dinheiro é a avareza (Lc 12.15; Cl 3.5; Hb 13.5). O dinheiro facilmente pode nos dominar a ponto de afastar-nos de Deus. Portanto, se um novo cristão não compreender a natureza das riquezas e como deve ser o seu relacionamento com elas, nunca estará livre para servir a Deus *com* elas. Essa é a base para falarmos acerca do sustento da Obra de Deus.

Por causa da presente condição da igreja, faz-se necessário esclarecer esse assunto a partir da doutrina dos dízimos estabelecida no AT. A primeira vez que a palavra aparece na Bíblia, está em Gn 14.18-20. Ali é narrada a história do encontro de Abrão com Melquisedeque, sacerdote do Altíssimo. Abrão tinha vindo da matança dos reis, e dos despojos, deu os dízimos à Melquisedeque. Aqui não havia a Lei de Moisés. Abraão é movido voluntariamente a entregar os dízimos desses despojos de guerra, sem nenhum mandamento. E isso fez ele uma vez na vida. Depois em Gn 28.22, vemos o neto de Abraão, Jacó, fazendo um voto perante o Senhor de Lhe dar o dízimo de tudo quanto ele fosse receber de Deus, e isso também de modo voluntário. O dízimo é a décima parte de qualquer quantia em dinheiro, em bens ou em produtos da terra – 10%.

Mais tarde, cerca de 423 anos depois daquele episódio de Abrão com Melquisedeque, Deus torna o dízimo um mandamento para todos os descendentes naturais de Abraão, o povo de Israel (Lv 27.30-34). Precisamos entender o contexto em que o dízimo é transformado em Lei. A nação de Israel rejeitou o seu sacerdócio, Deus então escolheu uma das tribos para essa missão – a tribo de Levi. Dentre a tribo de Levi, Deus escolheu uma das famílias – a família de Arão, que serviria como o clã sacerdotal. Os restantes da tribo eram os levitas que serviriam os sacerdotes em todo o trabalho do ministério. Desse modo, o trabalho dos levitas e sacerdotes era o serviço a Deus. Eles não poderiam ocupar-se com mais nada. O tabernáculo era o seu trabalho. O restante do povo se ocupava com os negócios da vida. Os servos e ministros de Deus eram somente os sacerdotes e levitas.

Com essa estrutura sacerdotalista ou clericalista, havia a necessidade da manutenção financeira de toda essa classe. Deus, então, através da Lei, proveu o sustento dos seus trabalhadores. A lei estabelecida foi a dos *dízimos*: Lv 27.30-34. Com essa provisão, os levitas foram proibidos de ter propriedades em Israel (aliás, a tribo de Levi ficou sem território). Sob a antiga aliança, havia um dízimo triplo. Esse triplo dízimo era baseado no ciclo agrícola de Israel, que durava sete anos. Eles deveriam plantar do primeiro ao sexto ano; mas, no sétimo ano a terra deveria descansar (ano sabático).

- Dízimo de todo o produto da terra, do gado e das ovelhas (em hebr. *Maasser rishon*) – entregue para o sustento dos levitas – Lv 27.30-33 e Nm 18.21-32. Estes por sua vez, deveriam separar os dízimos dos dízimos para os sacerdotes, que eram em menor número. Esse dízimo deveria ser entregue do 1º ao 6º ano.
- Dízimo de todo o produto da terra, do gado e das ovelhas (em hebr. *Maasser sheni*), que deveria ser levado para o local escolhido por Deus (Jerusalém) e ali deveriam, numa grande festa, comer daquela porção, bem como repartir com os levitas – Dt 14.22-27. Esse dízimo deveria ser entregue no 1º, 2º, 4º e 5º ano.
- Dízimo dos pobres (em hebr. *Maasser ani*) – Dt 14.28-29 e 26.12-15. Esse “dízimo extra”, deveria ser recolhido a cada três anos, isto é, no 3º e 6º ano. Ele era destinado para levitas locais, estrangeiros, órfãos e viúvas, que deveriam buscar na casa de cada israelita.

Somados, essa conta dos dízimos daria 20% + 10% a cada três anos. Essa é a lei dos dízimos estabelecida por Deus para o Seu povo eleito. Além disso, havia o imposto para o sustento do rei e as ofertas. Essa “carga tributária” era parte da Lei de Deus imposta sobre a nação de Israel. Se houvesse cumprimento, Deus prometera bênçãos sem medida (ver Dt 28.1-13); porém, se houvesse desobediência, a maldição os alcançaria (ver Dt 28.15-68). No tempo pós-exílio, à época de Esdras e Neemias, o povo voltara da Babilônia para reconstruir o templo e os muros de Jerusalém. Os sacerdotes e levitas voltaram às suas funções. Porém o povo descuidou em cumprir a Lei de Deus, no tocante ao sustento dos servidores do templo sagrado, os levitas e os sacerdotes. Deus então, através do profeta Malaquias, que exerceu seu ministério naquele período, chamou o povo ao arrependimento daquela atitude. É o que vemos em Ml 3.8-11. As promessas de benção e maldição ali, são apenas um eco daquelas duas listas em Dt 28. Assim funcionava o dízimo bíblico. Lembre-se bem, a razão da existência do dízimo segundo a Lei, era o sacerdócio. Entre Abraão e Jacó (que entregaram os dízimos voluntariamente e fora dos padrões da Lei) e o estabelecimento da classe sacerdotal, não temos registro de alguém entregando dízimos.

O Novo Testamento e o Dízimo

A primeira constatação que fazemos ao estudar o Novo Testamento é que, não há nenhuma passagem dizendo que os cristãos devam *pagar* dízimos. O dízimo de fato é bíblico, mas será que é cristão? A circuncisão é bíblica, mas será ela cristã? Absolutamente não! Do mesmo modo, os sacrifícios da antiga aliança são bíblicos, mas não são cristãos. Por que? Porque há agora uma nova aliança. O Senhor por boca dos profetas falou sobre isso: Jr 31.31. Esta profecia foi lembrada pelo autor de Hebreus que ensina a respeito de Jesus como, “*Mediador de uma melhor aliança que está confirmada em melhores*

promessas” (8.6), e completa: “*Dizendo Nova aliança, envelheceu a primeira. Ora, o que foi tornado velho, e se envelhece, perto está de acabar*” (8.13). E Paulo afirma o mesmo com outras palavras em Gl 3.24-25: “*De maneira que a lei nos serviu de aio, para nos conduzir a Cristo, para que pela fé fôssemos justificados. Mas, depois que veio a fé, já não estamos debaixo de aio*”.

Sabemos que há dois testamentos, duas alianças – uma antiga, que já passou, e uma nova, que está agora em vigor. Quando começou a vigorar essa *nova aliança*? O autor de Hebreus responde: “*Porque onde há testamento (aliança), é necessário que intervenha a morte do testador. Porque um testamento tem força onde houve morte; ou terá ele algum valor enquanto o testador vive?*” (9.16-17). E temos ainda aquelas memoráveis palavras de nosso Senhor Jesus na última noite com os discípulos: “*Porque isto é o meu sangue, o sangue do novo testamento (aliança), que é derramado por muitos, para remissão dos pecados.*” (Mt 26.28). Objetivamente, podemos dizer que a Antiga Aliança durou até Mateus 27.50: “*E Jesus, clamando outra vez com grande voz, rendeu o espírito*”. Enquanto o Senhor estava aqui na terra, a Lei estava em vigor. Por isso, O encontramos cumprindo e recomendando ao povo a observância da Lei de Moisés. É o caso da ordem que Ele dá ao leproso que foi curado da lepra: “*vai, mostra-te ao sacerdote, e apresenta a oferta que Moisés determinou*” (Mt 8.4). Também em Mt 23.23, quando Ele diz que os fariseus e escribas devem dar o dízimo da hortelã, do endro e do cominho, devemos entender que eles estavam debaixo da mesma Lei que obrigou o leproso a fazer o sacrifício requerido.

Jesus não ensinou contra o dízimo em lugar algum. Ao contrário, Ele afirmou assim, “*Não cuideis que vim destruir a lei ou os profetas: não vim abrogar, mas cumprir.*” (Mt 5.17). Precisamos aqui nesse ponto, compreender a natureza e a função da Lei de Moisés.

1. A Lei foi dada para frear o pecado do homem. Como freio, ela estabelece um *padrão mínimo* de conduta, isso para que a humanidade não mergulhe num caos: Gl 3.19.
2. A Lei foi dada para revelar a condição pecaminosa do homem, para que vejamos como o pecado é *excessivamente maligno*. O homem é tão depravado que nem o padrão mínimo consegue alcançar: Rm 3.19-20; 7.7-14; Tg 2.10 e 1 Tm 1.7-10.
3. A Lei exige obediência absoluta e perfeita; do contrário, o transgressor está debaixo da maldição da Lei: Gl 3.10-12 (ver Dt 28.1 e 15).
4. O nosso livramento da maldição da Lei, Cristo Jesus fez-se maldição por nós: Gl 3.13 e Cl 2.13-14.
5. A imperfeição e incapacidade da Lei: Rm 7.14; 8.3; Gl 3.11-12, 21; 4.3, 9; Hb 7.18-19; 10.1; Ef 2.15; Cl 2.8-23.
6. Por causa de sua incapacidade para justificar e aperfeiçoar o homem diante de Deus, a Lei tem um caráter temporário: Gl 3.23-25. Por outro lado, a Lei tem um caráter eterno porque julga todos os homens como pecadores (Rm 3.19). A Lei revela e decreta a falência da raça adâmica.
7. Ao mudar o sacerdócio, muda também a Lei: Hb 7.12-16. Toda essa epístola mostra a superioridade de Cristo, o nosso Sumo-sacerdote segundo a ordem de Melquisedeque.

Do ponto de vista do pecado, a Lei continua em vigor. Ela continua denunciar e condenar os homens. Mas os que estão em Cristo não estão mais debaixo da Lei (Gl 5.18). Os que estão em Cristo, agora são guiados pelo Espírito de Deus. Eles não buscam a justiça que procede da Lei, mas a que vem pela fé em Cristo, a saber, a justiça que vem de Deus pela fé (Fp 3.9 e Gl 2.21).

Os que são de Cristo e estão nEle, buscam agora não o mero cumprimento da letra da Lei, buscam sim o “espírito” do mandamento. Note quantas vezes o Senhor Jesus disse, “ouvistes que foi dito aos antigos...” e “eu, porém, vos digo...” (Mt 5). O padrão da Lei é baixo para o discípulo de Cristo, visto que ele recebeu a nova vida, a vida do próprio Cristo (Gl 2.19-20). É por isso que o Senhor diz em Mt 5.20: “Porque vos digo que, se a vossa justiça não exceder (a mais em gr) a dos escribas e fariseus, de modo nenhum entrareis no reino dos céus”. E qual era a justiça deles? “Ai de vós, escribas e fariseus, hipócritas! Pois que dizíeis a hortelã, o endro e o cominho, e desprezáis o mais importante da lei, o juízo, a misericórdia e a fé; deveis, porém, fazer estas coisas, e não omitir aquelas” (Mt 23.23).

A Lei foi direcionada à nação de Israel; é por isso que ela é chamada de “rudimentos do mundo”. Ela trata dos assuntos terrenos, das sombras das coisas celestiais e dos bens futuros. Mas a Igreja é o novo Homem; ela é o corpo do Homem celestial, o corpo de Cristo. Será que ela anula a Lei? Não, *de maneira nenhuma!*, diz Paulo em Rm 3.31. *Antes estabelecemos (confirmamos) a lei.* E ainda, “para que a justiça da lei se cumprisse em nós, que não andamos segundo a carne, mas segundo o Espírito” (Rm 8.4). “Mas agora temos sido libertados da lei, tendo morrido para aquilo em que estávamos retidos; para que sirvamos em novidade de espírito, e não na velhice da letra” (Rm 7.6). A Igreja é o fruto da nova aliança que o Senhor falou por boca do profeta Jeremias (31.31-34) e também por boca de Ezequiel (36.26-27).

O cumprimento de alguns mandamentos da Lei (não de toda a Lei), já é o suficiente para o homem confiar em si mesmo e em sua própria justiça. A Lei não depende da fé, “Ora, a lei não é da fé; mas o homem, que fizer estas coisas, por elas viverá” (Gl 3.12). Mas o justo viverá pela fé. Notemos ainda o que Paulo escreve em Rm 7.4, “Assim, meus irmãos, também vós estais mortos para lei pelo corpo de Cristo, para que sejais de outro, daquele que ressuscitou dentre os mortos, a fim de que demos fruto para Deus”. Todos os que são guiados pelo Espírito não vivem debaixo da lei; ele não quebra a lei, ele está acima dela, no sentido que a superam – “vossa justiça exceder a justiça de escribas e fariseus”.

É por essa razão que não encontramos no Novo Testamento nenhuma referência que um cristão deva pagar dízimos. A igreja não é Israel; não temos um *templo* e nem uma *casta sacerdotal* para sustentar. Cada um de nós, com tudo o que *é* e *possui*, pertence ao Senhor. No Salmo 24, vimos que Deus é o dono de toda a terra, e em Ageu 2.8, que Ele é também o dono de todo o ouro e toda a prata. Pois bem, onde está o dinheiro de Deus? No bolso de todos os homens. Quem é fiel ao lidar com o dinheiro de Deus? Somente os santos. Ora, se Ele é o Dono de todo o dinheiro que está conosco, então devemos administra-lo para Deus. No AT só 20% por ano e mais 10% a cada três anos estavam à disposição de Deus; no NT tudo está à disposição dEle, “porque dele e por ele, e para ele, são todas as coisas; glória,

pois, a ele eternamente. Amém” (Rm 11.36). Portanto, no NT não vemos nenhuma regulamentação com relação a devolver dízimos. Conforme fontes históricas, até o terceiro século não há menção de prática de dízimos na história da igreja. A primeira menção foi feita pelo bispo cristão Cipriano de Cartago (200-258 d. C.), que fomentou a idéia de sustentar os obreiros cristãos, do mesmo modo que eram sustentados os levitas no AT, através do dízimo. As suas idéias foram tão incomuns, que não recebeu apoio de ninguém nos seus dias. Mas no 4º século, 300 anos depois de Cristo, é que alguns líderes cristãos começaram a defender o dízimo como prática cristã para sustentar o clero, que naquela altura já estava bem estabelecido e separado do povo. Houve a tentativa de estabelecer a prática. Mas finalmente no século 10, o dízimo que tinha sido praticado voluntariamente por alguns cristãos, tornou-se uma exigência legal para sustentar a igreja estatal. E essa prática sobreviveu até hoje na igreja.

Entretanto, por que essa prática não citada nas cartas do NT? Por que não há referência alguma de obreiros sendo sustentados através de dízimos? Mas vemos Paulo tratar do assunto de dinheiro e também do sustento daqueles que estão responsáveis pela Obra. E ao lidar com esses temas, ele nunca cita o pagamento de dízimos. O que temos nas cartas, são as contribuições voluntárias. Por que voluntárias? Porque no NT você deve ser guiado pelo Espírito Santo e não por uma lei. Ora, se eu sou um filho de Deus, guiado pelo Espírito Santo, como não contribuirei financeiramente com a Obra? Se amo ao Senhor e Sua Obra, como não envolverei meu bolso neles? Seria uma total contradição.

Como a igreja do NT contribuiu financeiramente

O Senhor usa pelo menos dois capítulos do NT, para tratar do assunto das contribuições financeiras na vida da Igreja – 2 Coríntios 8 e 9. Esses dois capítulos específicos nos fornecem orientação clara e suficiente sobre o tema. O contexto dessas orientações e princípios para ofertarmos é a fome que houve naquela época, prejudicando especialmente as igrejas da Judéia. Paulo então, decidiu recolher ofertas para levar socorro aos irmãos da Judéia que estavam passando necessidades. Ele mobilizou as igrejas da Galácia e da Macedônia, e agora a igreja em Corinto, para levantar ofertas para aqueles irmãos necessitados na Judéia.

Essa foi uma atitude normal da igreja, mas o Espírito Santo achou por bem dedicar pelo menos 39 versículos (caps. 8 e 9) de 2 Coríntios, para falar desse assunto. Portanto, aqui temos os princípios eternos para contribuirmos com a Obra de Deus. Aqui está o ensinamento para a igreja no tocante ao sustento financeiro da Obra.

1. 2 Co 8.1: **A contribuição é uma graça** (favor) de Deus para conosco. Ele poderia rejeitar-nos e a nossa oferta; mas em Sua misericórdia nos concede esse favor.
2. 2 Co 8.2; 9.5: **A contribuição deve ser expressão de generosidade e não de avareza.** O dar não está relacionado com a quantidade de bens que possuímos. Os macedônios eram profundamente pobres, porém, foram profundamente generosos. A lição da viúva pobre em Mc 12.44: O nosso Senhor comentou o ato dela com estas

palavras: "Todos ali deitaram do que lhes sobejava, mas esta, da sua pobreza, deitou tudo o que tinha, todo o seu sustento". Daqui se depreende que ela, depois disto, ficou na total dependência de Deus para sobreviver. E os macedônios, como terão ficado, depois do que fizeram? Profundamente tocados pela graça do Senhor, pediram encarecidamente que lhes fosse concedido juntarem as dádivas do seu sacrifício de amor às dos outros crentes. Examinando bem o texto, conclui-se que eles procederam com tal solicitude junto de Paulo como sentindo medo de que este privilégio lhes fosse negado, por causa da sua "profunda pobreza". Assim se vê como a graça de Deus pode vencer todo o egoísmo e as nossas "inquietações pelo dia de amanhã". Fica assim também provado que onde a graça de Deus opera ninguém é demasiadamente pobre para contribuir.

3. 2 Co 8.3-4, 11-12; 9.7: **A contribuição deve ser voluntária**, ou seja, de boa vontade. Aqueles irmãos não estavam a nenhuma regra como a dos dízimos.
4. 2 Co 8.5: **A contribuição deve ser fruto de nossa consagração ao Senhor**. Deus nos quer em primeiro lugar, e não aos nossos bens. Devemos nos ofertar ao Senhor. É por isso que nenhum incrédulo tem lugar nessa graça.
5. 2 Co 8.8, 24: **A contribuição deve ser movida por amor** e não por constrangimento ou coação.

Outros textos:

6. 1 Co 16.1-2: **A contribuição deve ser regular e sistemática**. A vida sistematicamente bem organizada é fator de segurança para o crente. Tudo que fazemos deve ser pautado por princípios de ordem e método. Isso garante maiores probabilidades de êxito e constitui uma notável prova de bom testemunho. O fato é tão importante e necessário que até o nosso Deus agiu com método e ordem na criação e na disposição de todas as coisas. Estes breves pensamentos enquadram-se na sentença inspirada de Paulo: "No primeiro dia da semana". O Senhor é sábio e justo. O que Ele requer de nós baseia-se no que temos, nunca no que não temos. O "primeiro dia da semana" também pode ser os primeiros dias do mês. Essa é a altura em que estamos na posse de tudo que granjeamos no mês ou semana anteriores. Para contribuirmos com esta precisão necessitamos não apenas de meios mas, também, de ordem na vida.
7. 1 Co 16.2: **A contribuição deve ser proporcional ao que temos recebido de Deus**. Esta prosperidade resulta do que se adquire por meio do trabalho, ou do negócio ou de outros rendimentos. Deve-se, em cada ocasião, ouvir o Senhor com quanto deve contribuir. Em cada mês ou em cada semana, conforme o modo como cada um recebe seus ganhos, deve separar uma quantia planejada diante do Senhor e contribuir.
8. Mt 6.1-4: **A contribuição deve ser feita com discrição**. Se possível, contribua do modo mais anônimo possível.

A Lei da Semeadura e da Colheita

"E digo isto: Que o que semeia pouco, pouco também ceifará; e o que semeia em abundância, em abundância ceifará" (2 Co 9.6). Aqui está a lei da semeadura. No versículo 10, a Palavra de Deus nos diz que Ele nos dá *semente* e *pão*. A semente é para semearmos e

o pão para alimento, nosso sustento e bem estar. Pois bem, nosso dinheiro tem essas duas finalidades: sustento e semear. E o versículo 6 diz: quem semeia pouco, pouco colherá; quem semeia com fartura, com abundância ceifará.

O versículo 7 nos diz que devemos contribuir segundo nosso coração. É obra do Espírito Santo em nós.

No versículo 8 vemos a aplicação mais ampla desta lei: Deus promete que o que dá terá sempre, em tudo, ampla suficiência e superabundância em toda obra. O princípio é claro: quanto mais dermos, mais receberemos e mais daremos e mais receberemos, etc.

A segunda parte do verso 10 diz que Deus aumentará nossa semente e multiplicará os frutos da nossa justiça, enriquecendonos. Em Ec 11.1-5 há um desafio de Deus: Lança o teu pão sobre as águas, porque depois de muitos dias o acharás"... O Senhor Jesus encoraja Seus discípulos a "não ajuntar tesouros na terra..." (ver Mt 6.19-21). Ele fala daquele homem rico que só ajuntava para si – Lc 12.13-21. A pergunta é "*para quem será?*" A Palavra ainda nos fala da motivação para o trabalho: Ef 4.28.

A quantia com que cada um deve contribuir é assunto a ser tratado e considerado diante do Senhor. Como já foi tratado, o dízimo é um mínimo para o discípulo. Agora, se um crente deseja usar voluntariamente o padrão do dízimo, não há problema algum (você é livre para dar o "mínimo" – os 10%). O dízimo chega a ser um problema quando é apresentado como um mandato de Deus, obrigatório para todo crente na nova aliança. Eu devo estabelecer diante do Senhor com quanto vou contribuir, desse modo estarei livre para ser guiado pelo Espírito Santo. Talvez num mês eu só contribua com 10% de meus ganhos e noutro mês contribuirei com mais. O que não posso, é fixar um determinado valor, como por exemplo um dízimo. Devo dar liberdade para que o Espírito Santo me guie nesse aspecto.

A aplicação das contribuições

Conforme observamos no NT, o dinheiro coletado pelas igrejas era usado de três maneiras:

1. Para os santos pobres. São os irmãos em necessidade. O NT os denomina de "órfãos e viúvas". O Salmo 68.5 diz que "*Pai de órfãos e juiz de viúvas é Deus, no seu lugar santo*". Deus sustenta os órfãos e as viúvas através do Seu dinheiro, que está em nossos bolsos. Por isso a igreja deu tamanho testemunho diante da sociedade; ela cuidou de seus órfãos e de suas viúvas (ver Tg 1.27; 1 Tm 5.9, 10 e 16). Isso é diferente de situações ocasionais, quando algum irmão precisa ser ajudado financeiramente. A pobreza fala de um estado de necessidade. Temos o lindo exemplo da igreja em Jerusalém que supria a necessidade dos irmãos pobres (ver At 2.45; 4.34-35). Esse testemunho foi tão poderoso que impactou a sociedade ao seu redor. Cuidar dos irmãos necessitados era o mais alto dever dos santos: Gl 2.9-10; 1 Tm 6.17-19.

2. Para o sustento dos anciãos e obreiros locais. Por causa da necessidade da Obra, faz-se necessário que o obreiro deixe o seu trabalho comum. Como diz o irmão W. Nee, os obreiros que por necessidade da Obra deixaram seu trabalho serão sustentados pelo Senhor. Se Ele chamou, Ele dará o sustento. De modo que esses obreiros não são empregados de nenhuma organização religiosa. Eles são obreiros de Deus e sustentados por Ele. Como Deus faz isso? Movendo o coração dos santos para sustentarem esses homens. Existe o direito bíblico de anciãos ou obreiros locais serem sustentados por suas congregações. Em Lc 10.7 o Senhor disse: “digno é o obreiro de seu salário”; e Paulo escreveu em 1 Co 9.11-15, 18 e 1 Tm 5.17. Em circunstâncias especiais esses homens podem trabalhar fora: 2 Ts 3.8-9 e At 20.33-35.
3. Para o sustento de apóstolos. São os obreiros itinerantes, que sem local fixo viajavam de cidade em cidade pregando o Evangelho, fundando igrejas e edificando-as (ver 2 Co 11.8, 9; Fp 4.15,18).

Princípios que nós observamos:

1. Não solicitar fundos; se a Obra é de Deus, Ele a sustentará.
2. Não aceitar ofertas dos gentios – 3 Jo 7. Eles não têm parte alguma na Obra de Deus. Receber algo deles, é torna-los credores de Deus.
3. Ofertar/contribuir no primeiro dia da semana, quando partimos o pão, como um sacrifício de louvor ao Senhor. É interessante como esse ato está ligado ao sacrifício: Hb 13.15-16 e Fp 4.18-19.